



Análise Teórica: a Participação Feminina na Atividade Econômica Rural

Theoretical Analysis: Female Participation in Rural Economic Activity

ABUD, Samya¹; COUTINHO, Dolores Ribeiro²; CHAVES, Alessandra Muzzi³; SUGUIMOTO, Djmes Yoshikazu de Lima⁴.

¹FCG, samya_abud10@hotmail.com; ²UCDB, Campo Grande, MS, doloresribeiro@uol.com.br; ³FCG/FACSUL, muzzi_chaves@hotmail.com; ⁴UINIDERP, djmessuguimoto@hotmail.com

Resumo: A mulher sempre foi parte relevante da garantia pela segurança alimentar e nutricional das famílias, por participar historicamente do desenvolvimento da agricultura. Sua presença permaneceu discreta por muito tempo no setor. Hoje a participação das mulheres de maneira ativa nas diferentes ocupações da sociedade integra uma realidade cada vez mais crescente. O objetivo do presente estudo é evidenciar, por meio de análise teórica, que nos últimos anos a participação das mulheres tem contribuído para o desenvolvimento da sociedade e inovação da vida no meio rural. Trata-se de um primeiro esforço para identificar e caracterizar o perfil da mulher na atividade econômica rural e de uma tentativa em saber onde e como atuam, além das demandas e entraves enfrentados por fazer parte de um ambiente tradicionalmente dominado por homens no Brasil. É notório que a participação feminina na agricultura familiar vem impulsionando o desenvolvimento socioeconômico nacional, assim seu protagonismo no Brasil na produção de alimentos, tem se tornado inclusive referência mundial, certamente não teria alcançado resultados tão relevantes sem o conhecimento, a capacidade, a competência e a forma como a mulher se insere na organização do processo produtivo da agricultura familiar. Ainda que de maneira muito tímida as mulheres atuam no plantio, na colheita, no beneficiamento, na comercialização dos seus produtos nas feiras agroecológicas e contribuem na qualificação da produção com assistência técnica especializada, lideram associações e cooperativas, são empreendedoras, assumindo um importante papel no processo produtivo, além de contribuir efetivamente para construir caminhos para superação das situações de desigualdade.

Palavras-chave: Gênero, Economia Rural, Empoderamento Feminino.

Abstract: Women have always been a relevant part of the guarantee for the food and nutritional security of the families, for historically participating in the development of agriculture. His presence remained unobtrusive for a long time in the industry. Today the participation of women in an active way in the different occupations of society integrates an increasingly increasing reality. The objective of the present study is to demonstrate through theoretical analysis that in recent years, the participation of women has contributed to the development of society and the innovation of rural life. This work is a first effort to identify and characterize the profile of women in rural economic activity and an attempt to know where and how they act, as well as the demands and obstacles faced by being part of an environment traditionally dominated by men in Brazil. It is notable that the participation of women in family agriculture has been boosting national socioeconomic development, so its role in Brazil in the production of food has become a world reference, certainly would not



have achieved such relevant results without the knowledge, capacity, competence and the way in which women are involved in the organization of the productive process of family agriculture. Although in a very timid way, women work in planting, harvesting, processing, marketing their products in agro-ecological fairs and contribute to the qualification of production with specialized technical assistance, leading associations and cooperatives, are entrepreneurs, assuming an important role in productive process, besides contributing effectively to build ways to overcome situations of inequality.

Keywords: Gender, Rural Economy, Female Empowerment.

Introdução

O mundo em que vivemos não é mais o mesmo, pois as mulheres vêm ocupando posições transformadoras no nosso cotidiano, sobretudo, mostrando o quanto são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade. As funções domésticas não são mais suas atribuições exclusivas e nem limitam o seu potencial, pelo contrário, o empoderamento da mulher trouxe perspectivas mais positivas na gestão e inovação de negócios.

Como contextualização, a questão da igualdade de gênero não se restringe ao Brasil e repercute igualmente em outros países. Tanto que mereceu destaque no alinhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS), estabelecidos pela ONU (Organização das Nações Unidas) no ano 2000. O terceiro item desse alinhamento pontua justamente a necessidade de promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. Assim, com esse cenário na atividade econômica rural, não é diferente. De acordo com a edição 2011 da publicação “O Estado Mundial da Agricultura e da Alimentação”, elaborada pela FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), as mulheres representam 43% da força de trabalho rural em países em desenvolvimento. Ainda segundo a FAO, estima-se que, ao aumentar o acesso das mulheres aos recursos financeiros e tecnologias necessários, elas poderiam aumentar a produtividade de suas lavouras de 20 a 30%, o que reduziria o número de pessoas subnutridas em até 17%, ou seja, 150 milhões de pessoas.

O que se busca, neste estudo é a compreensão da participação feminina e o quanto e como ocorre o processo de empoderamento das mulheres que se envolvem com as atividades econômicas rurais, uma vez que estas atividades lhes acrescentam múltiplas novas funções. Procurou-se focar a relação entre homens e mulheres, conceito esse que resulta de uma construção histórica do movimento de mulheres, que vivenciou em sua trajetória diversos momentos entre os aspectos da divisão dos papéis e da separação público/privado.

Por meio de aportes teóricos observou-se a exclusão das mulheres do mundo do trabalho, das decisões, vida pública e consideráveis movimentos que contribuíram



para as mudanças ocorridas com estas mulheres. A estrutura deste estudo está organizada em três partes. Na primeira será apresentada a revisão bibliográfica sobre as principais conceituações de gênero e a relação do termo com o movimento feminino no decorrer da história. A segunda parte apresenta breve consideração sobre a questão de gênero na agricultura familiar, ressaltando que a construção do estudo tem em sua perspectiva o foco em mulheres envolvidas em atividades econômicas rurais. A terceira contém uma nova proposta ao campo, uma vez que as mulheres sofrem para o desenvolvimento da economia agrária e ao acesso à terra, pois historicamente a propriedade da terra é reconhecido como área masculina, e assim as mulheres ocupam papel secundário neste cenário. Na última parte se apresentam as conclusões do trabalho.

Conceito de gênero e sua representação social sob escopo de Lerner e Saffioti

Quando se fala em gênero, pretende-se ir além das definições estabelecidas sob o ponto de vista gramatical e ultrapassar o sentido biológico de diferenciação entre homens e mulheres. Reportando-se, portanto, ao conceito estabelecido para referenciar as relações entre homens e mulheres, conceito esse que resulta da construção histórica do movimento de mulheres, que em sua trajetória vivenciou diversos momentos.

Pode-se dizer que o movimento das mulheres, em princípio, reivindicava a igualdade, a paridade de dignidade homem-mulher. A mulher neste primeiro momento rejeitava o discurso sobre o “especificamente feminino” por ter causado, por meio da divisão dos papéis e da separação público/privado, a exclusão das mulheres do mundo do trabalho, da vida pública, das decisões, passando a fazer parte do espaço privado de seu lar. A quem cabia à tarefa de cuidar da casa e dos filhos e do marido.

A primeira fase do movimento feminista brasileiro é representada pela busca do “visibilizar” o feminino, enquanto elemento qualitativo e constitutivo da população e das instituições brasileiras. Na tentativa de a mulher se tornar visível, na perspectiva de igualdade, chega-se a um segundo movimento, que pode ser caracterizado pela desilusão, pois o preço pago foi a renúncia à própria identidade feminina. A igualdade que desconhece a diferença traz em si uma lista de prejuízos às identidades tanto feministas quanto masculinas.

Busca-se agora mais que do que visibilizar a mulher, entender o “sujeito mulher”, identidade feminina e de gênero, desvendando as relações do cotidiano.

Saffioti (1992), em seu artigo Rearticulando Gênero e Classe Social aborda a questão ideológica e identidade de gênero e afirma que a ideologia de gênero, tal como qualquer outra ideologia, possui raízes profundas, calcadas na subjetividade



dos indivíduos, bem como no terreno objetivo. Para essa pesquisadora, a diferença entre ideologia e representação social está na origem, na formação dessas categorias. A ideologia tem sua origem precisa: ela nasce no nível do particular, por exemplo, no nível da formação das classes, das etnias e do gênero.

Pelo mesmo viés, o que algumas feministas dizem quando se referem a gênero, é mais ou menos o que Lerner (1986) escreve: “Sexo é o dado biológico para homens e mulheres. Gênero é a definição cultural do comportamento definido como apropriado aos sexos em uma dada sociedade em um dado tempo. Gênero é um conjunto de papéis culturais; portanto é um produto cultural que muda com o tempo” (LERNER, 1986. p. 10).

Nessa perspectiva Lorber (1994) ressalta que:

gênero seria “[...] como um processo de construção social, um sistema de estratificação social e uma instituição que estrutura todos os aspectos de nossas vidas devido a sua incrustação na família, no lugar de trabalho, e no estado, bem como na sexualidade, linguagem e cultura” (LORBER, 1994. p. 5).

Portanto entende-se a produção social da existência, em todas as sociedades conhecidas, implica por sua vez, na intervenção conjunta dos dois gêneros, o masculino e o feminino. Cada um dos gêneros representa uma particular contribuição na produção e reprodução da existência.

Nas palavras de Izquierdo (1992) pode-se fazer referência aos gêneros como obras culturais, modelos de comportamento mutuamente excludentes cuja aplicação supõe o hiperdesenvolvimento de um número de potencialidades comuns aos humanos em detrimento de outras. Modelos que se impõem ditatorialmente às pessoas em função do seu sexo. Mas esta só seria uma aproximação superestrutural do fenômeno dos gêneros.

A autora chama a atenção para as palavras de Marx quando este afirma que na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.

Assim o conjunto das relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. Não é a consciência dos homens o que determina a realidade; ao contrário, a realidade social é a que determina sua consciência (Marx apud IZQUIERDO, 1992).



Considerações sobre a questão de gênero na agricultura familiar

A agricultura familiar tem modo de funcionamento e especificidades distintas se comparada com a agricultura não familiar. Naquela o gerenciamento da propriedade é compartilhado pela família, havendo, inclusive, uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia, e tem como fonte geradora de renda a atividade produtiva agropecuária, que é caracterizada por sua diversidade. Esses estabelecimentos agropecuários pertencentes a grupos familiares somam 84% do total em nosso país. (BRASIL, 2016).

Ainda que sabida e reconhecida a importância que a agricultura familiar tem para o nosso país, principalmente porque objetivar a erradicação da pobreza, subsidia o presente estudo para que se faça uma reflexão sobre as relações de gênero no meio rural.

Segundo Silva e Portela (2006) pode ser na agricultura familiar que mais se dê a manifestação das desigualdades no nosso país, dentre elas, a de gênero, pois nessa atividade as mulheres são responsáveis por quase todo o trabalho executado, quais sejam, plantação e manutenção de hortas, criação de aves e atividades relacionadas à roça e a pecuária, assim como os homens, mas mesmo assim, é existente o modelo de relação hierárquico, onde predominam as decisões e poder da figura masculina.

Há tempos, a questão de gênero vem sendo discutida, porém, é na atualidade que ganhou significância, principalmente no meio acadêmico e no interior das organizações feministas, já que tem havido avanço nos estudos das relações entre mulheres e homens na sociedade. (PASTORE, 2005).

Historicamente, as mulheres passaram a ingressar no mercado de trabalho no século XX, aumentando sua participação entre as décadas de 50 e 80. Com o advento da Constituição Federal de 88, na qual prevê em seu art. 5º, I que homens e mulheres são iguais em seus direitos e obrigações (BRASIL, 1988), aumentou ainda mais o número de mulheres trabalhadoras.

Contudo, de acordo com Pastore (2005)

a massiva entrada das mulheres nos espaços de trabalho não significou uma diminuição das desigualdades de gênero. O emprego para as mulheres ainda concentra-se em alguns setores e em pequeno número de profissões. Há muitas situações onde as mulheres trabalham em profissões pouco definidas, menos especializadas e menos remuneradas. O espaço doméstico permanece, na grande maioria das famílias, ainda sob responsabilidade das mulheres, acarretando uma sobrecarregada jornada de trabalho (PASTORE, 2005. p. 6).



Na agricultura familiar não é diferente, pois as mulheres trabalham com as lidas do campo (mas esse trabalho é tido como uma “ajuda” ao esposo) e também acumulam as responsabilidades domésticas, porém, como esse tipo de trabalho não é reconhecido, tem-se a falsa realidade de que a mulher não executa “trabalho duro”. Para Tedesco (1999, p. 175): [...] no meio rural sempre esteve presente a divisão espacial em termos de casa e de fora¹, relacionada à alimentação, educação, limpeza, reprodução dos princípios inerentes à família do colono e à cultura camponesa e ao meio rural em geral [...].

Importante ressaltar que, conforme mencionado no parágrafo anterior, mesmo o trabalho executado pela mulher no espaço público – quando elas trabalham no campo – não há reconhecimento, e não é contado como valor econômico, já que é encarado como sendo somente uma ajuda ao esposo. Por outro lado, quando se trata de homens, que executam trabalhos no espaço privado, é atribuído alto valor comercial, como exemplos, produção de vinhos e queijos.

Paulilo (2001) aborda essa discussão utilizando dois termos que são: trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Aquele se refere às atividades que produzem mais-valia e este se refere ao trabalho doméstico. Tais definições vão ao encontro do acúmulo de atividades às mulheres e, ao mesmo tempo, o não reconhecimento do trabalho que desempenham.

Ainda que as mulheres venham ganhando, a cada dia, mais espaço profissional no mercado de trabalho, sabe-se que isso se aplica em maior número ao meio urbano, pois no meio rural, ainda que sabida a importância do papel por elas desempenhado, por se tratar de um ambiente mais tradicional e com predominância dos traços mais conservadores, sua autonomia ainda é uma realidade distante.

Dessa forma, talvez não seja o reconhecimento profissional que esteja faltando para que a mulher atinja o grau de igualdade com o homem, mas sim uma modificação no tocante a valores ideológicos e culturais, ainda tão impregnados, em nossa sociedade.

Uma nova proposta ao campo

Um dos maiores entraves que as mulheres sofrem para o desenvolvimento da economia agrária é o acesso à terra, uma vez que historicamente a propriedade da terra é reconhecida como área masculina, e assim as mulheres ocupam papel secundário neste cenário. Segundo Chambe (2016) a mulher é a principal usufrutuária da terra, e a ela não é permitido o acesso a esse recurso. Geralmente lhe é incumbido o papel de gestora familiar tanto no que se refere à geração de

¹ Os termos de casa e de fora devem ser entendidos como espaço privado e espaço público, respectivamente.



renda e educação e manutenção do bem-estar do lar. Isto é, educar seus filhos, gerarem e gerirem os recursos financeiros.

Contudo, quando se tratam de aspectos agrários, o índice de mulheres que gerenciam a sua própria campanha é ínfimo no Brasil, para elucidar melhor tal realidade, apresentam-se, a seguir, os dados do Instituto Oxfam.

A desigualdade fundiária no Brasil também reforça a desigualdade de gênero. São os homens que controlam a maior parte dos estabelecimentos rurais e estão à frente dos imóveis com maior área: eles possuem 87,32% de todos estabelecimentos, que representam 94,5% de todas as áreas rurais brasileiras. No outro extremo, as mulheres representam quase o dobro do número de produtores rurais sem posse da terra em comparação aos homens – 8,1% frente a 4,5%, respectivamente. Ao mesmo tempo, as mulheres são, proporcionalmente, mais frequentes do que os homens nos estabelecimentos com áreas menores de 5 hectares. (p. 10).

Para oxigenar ainda mais a discussão Deere (2004) complementa afirmando que o Brasil possui uma baixa distribuição de terras para a parcela feminina da população se em comparado a outros países da América Latina. Um documento importante lançado ainda no ano de 2004, o II Plano Nacional de reforma agrária (2004), foi formulado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Nele há um plano específico no tocante à promoção da igualdade de gênero na reforma agraria, o que se pode acompanhar pelos dados acima citados, é que eles não foram alcançados.

O documento inicia reconhecendo que o ambiente agrário possui preponderância masculina, e que suas ações visam romper com esse desequilíbrio nas relações. Cita ainda que é papel do Estado apresentar mudanças legais e institucionais para que isso se torne possível. Além da necessidade da terra, reconhece que é indispensável a criação de infraestrutura facilitadora do o acesso não só das mulheres, mas, também, de outros grupos menos privilegiados, adicionalmente, alerta para a necessidade da infraestrutura que possa garantir a posse da terra. O documento possui um texto engajador:

As iniciativas de ampliação dos direitos econômicos e políticos das mulheres rurais e de seu protagonismo envolvem o reforço de alternativas econômicas e a criação de oportunidades específicas. Pretende-se ampliar e fortalecer a participação das mulheres nas atividades produtivas gerais do assentamento e das áreas reformadas, além do apoio a projetos específicos, a iniciativas de agregação de valor e geração de renda, do resgate das práticas de medicina tradicional, do artesanato, da valorização de formas tradicionais de produção e de projetos de capacitação em diversas áreas como manejo florestal, piscicultura, gestão entre outros. II Plano Nacional de reforma agrária (2004).

Porém a construção da realidade ainda perpassa por diferentes obstáculos, os quais reproduzem a violência e a falta de acesso da mulher a terra neste contexto. Um bom exemplo de bom uso da terra, de empoderamento por meio de ações de



conquista civil, educacional, e engajamento democrático é o Movimento Interestadual Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), o qual se localiza em vários estados do Norte e Nordeste do Brasil. Esse movimento possui diversos projetos nas áreas educacionais, jurídico/político, financeiro, cultural e ambiental. Possui uma relação de diálogo com diversos setores da sociedade bem como de auxílio também.

Esse grupo é formado em sua maioria por mulheres que, inicialmente, recolhiam o coco babaçu, extraíam a amêndoa e vendiam para complementar a renda da família. Tudo isso em um ambiente agrário de luta pela posse da terra. O cerceamento pelo direito a terra por sua família, e ainda as questões de gênero acabaram motivando essas mulheres a se unirem e fundarem esse movimento, que ultrapassa fronteiras estaduais, e já recebeu reconhecimento nacional e internacional 'por suas ações.

Um dos projetos de suma importância, é a Nova Cartografia Social do Babaçuais, que visa entre tudo apresentar o modo de tradicional de viver dessas mulheres, da mesma maneira insuflar a luta por acesso a terras em uma das regiões nas quais os lotes agrícolas se encontram mais concentrados. Ademais a confecção desse mapa expõe as áreas de degradação dos babaçuais, e de preservação, fornecendo um excelente argumento; as terras que estão em poder dessas mulheres acabam preservadas ou em processo de recuperação.

A pesquisa foi realizada junto às quebradeiras de coco babaçu com o objetivo de mapear as organizações, situações sociais e os aspectos relevantes das relações constituídas nas áreas de incidência dos babaçuais. No Pará, por exemplo, é fato que as comunidades tradicionais, como quilombolas e quebradeiras de coco babaçu, que desenvolvem atividade extrativa, estão sendo ameaçadas por fazendeiros e pela indústria de cerâmicas que utilizam o coco babaçu como carvão em seus fornos.

Apenas nesse projeto, é perceptível um enorme esforço que essas mulheres fazem, não só por elas, mas por toda a comunidade. Suas ações possuem impactos sociais e educacionais positivos, já que são um exemplo aos seus filhos e para outros de suas comunidades.

Conclusões

O foco principal deste estudo foi compreender como ocorre o processo de empoderamento e a relação entre os aspectos trabalho e renda e as mudanças ocorridas com as mulheres envolvidas em atividades econômicas rurais.

O empoderamento das mulheres representa para a sociedade uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, e trazem à tona uma nova concepção de poder e formas democráticas sobre novos mecanismos de responsabilidades coletivas. Percebeu-se por meio das referências utilizadas que a



questão de gênero não está em diferenciação entre os sexos e nem em sobreposição de um em relação ao outro, o empoderamento ocorre muito sutilmente, pois as mesmas são conscientes de que entrar nos espaços ditos masculinos não é um processo apenas de poder e sim de respeito, assim como na própria família a conquista de maior respeitabilidade.

Enfim, as relações de gênero na unidade familiar rural podem sofrer mudanças mínimas em termo da divisão das tarefas não-remuneradas ou na decisão dos gastos ou outras. Alterações dessa ordem, todavia podem impactar positivamente no processo desenvolvimento rural. Mas, para tal situação tenha condições concretas de se expressar deve emergir a problemática de gênero nas formulações da sociedade e nas organizações rurais.

Referências

BRASIL. Secretaria Especial De Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

O que é a agricultura familiar. Disponível

em:<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>.

Acesso em: 25 de set. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988.

Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

IZQUIERDO, M. J. **Bases materiais do sistema sexo/gênero.** São Paulo: SOF, 1992.

LERNER, G. **The creation of patriarchy.** New York/Oxford: Oxford University Press, 1986.

LORBER, J. **Paradoxes of gender.** New Haven and London: Yale University Press, 1994.

PASTORE, E. **Relação de Gênero na Agricultura Ecológica.** Passo Fundo/RS: Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Trabalho (GIEST), Universidade de Passo Fundo, 2005. Texto para discussão nº 06.

PAULILO, M. I. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de pesquisa**, PPGSP/UFSC, n. 21, jun. 2001.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: EDIUPF, 2001.



SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, A. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência doméstica questão de política e da sociedade**. Palestra proferida no Encontro Nacional de Pesquisadores, 22 e 23 de agosto de 1994.

SILVA, C.; PORTELA, A. P. **Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste Brasileiro**. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e atores. Recife: UFPE, 2006.